

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

Os desafios da ação política do movimento hip hop nas comunidades.

Mônica Rodrigues Costa y Mônica Zaíra de Siqueira Melo.

Cita:

Mônica Rodrigues Costa y Mônica Zaíra de Siqueira Melo (2009). *Os desafios da ação política do movimento hip hop nas comunidades. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/1642>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Os desafios da ação política do movimento hip hop nas comunidades

Mônica Rodrigues Costa

UFPE

morodrigues.costa@gmail.com

Mônica Zaira de Siqueira Melo

UFPE

mzmelo@yahoo.com.br

Contextualizando o Movimento

O Movimento Hip Hop¹, tem origem nos anos 1970, em Nova Iorque, EUA, nos bairros suburbanos do Bronx, Harlem, Brooklyn e Queens, formado em sua maioria por jovens de origem negra e latina. Sua criação recebe contribuições de afro-americanos e imigrantes latinos, que misturam o dub jamaicano com o soul, jazz e o funk, mistura os mais variados estilos musicais e transforma estas tradições num estilo musical e comportamento cultural, que incorpora expressões corporais e artísticas diversas (rap, break, grafite).

Com forte influência dos movimentos negros da década de 1960 e da cultura de rua, este movimento constrói uma ética e estética inovadora para a juventude pobre, moradora das periferias

¹ O termo hip hop, foi criado em meados de 1968 por Afrika Bambaata. Ele teria se inspirado na forma de dançar popular na época, que era saltar (hop) movimentando os quadris (hip).

das cidades, com o intuito de se colocar como uma alternativa ao modo de vida dos jovens nas comunidades, valorizar a cultura popular e as diferenças étnico-raciais.

Nestes subúrbios, se constituem verdadeiros guetos², nos quais incidem todo tipo de problemas: pobreza, violência, racismo, tráfico de drogas, carência de acesso a bens e serviços etc. Os jovens tomavam as ruas como domínio territorial e espaço de lazer, com as demarcações de território por suas gangues, afiliarem-se as mesmas significava lutar pela circulação e ocupação destes espaços públicos, contudo, os confrontos violentos geravam a morte de muitos deles.

Para atrair os jovens nestas condições, África Bambaata insere na cultura das gangues a dança (*breakin`, up rockin`, poppin` e lockin`*), arte plástica (*graffiti*), discotecagem (dj) e rimas improvisadas (mc) e compostas (rappers). Associa a estas atividades, conteúdos e ações educativas e a difusão de valores de paz, união, liberdade, justiça, entre outros. Visava reduzir a violência entre as gangues e resolver suas diferenças através de expressões artísticas, além de preservar a história de seus antepassados e imprimir uma nova cultura urbana.

A preservação da história dos antepassados é a conexão com a luta por direitos civis travadas pelo povo afro-americano e a construção de uma nova cultura, que favoreça a tomada de consciência da desigualdade social e a luta contra as discriminações e desigualdades. Deste modo, as expressões culturais no movimento hip hop ganham feições de protesto, capacidade de organização dos grupos, atuação comunitária e a constituição de uma relação ambígua com a indústria cultural.

A principal porta de entrada do hip hop no Brasil, no início dos anos 1980, foram os chamados bailes Black, onde se ouviam músicas soul e funk. Seu primeiro registro no cenário musical é de 1988, em São Paulo, com uma coletânea intitulada “Hip Hop Cultura de Rua”³. Ainda na primeira metade da década de 1980, começaram a surgir os rappers brasileiros pioneiros, como Thaíde e DJ Hum, MC Jack, os Racionais MC’s e também os primeiros dançarinos de break, que se reuniam em locais como a Rua 24 de maio e a estação São Bento do metrô, em São Paulo (Folhateen, 2006).

No final dos anos 1980, o rap já era a trilha sonora da periferia brasileira, por conter mensagens de protesto acerca do cotidiano, que se assemelha ao dos jovens negros e pobres dos grandes centros urbanos do país. Na mesma época, mais precisamente em 1989, foi criado o MH2O - Movimento Hip Hop Organizado - com o intuito de divulgar o movimento.

² O termo gueto (do [inglês](#) ghetto) nasceu da natureza humana de estabelecer padrões, gueto designa uma área onde pessoas de uma determinada etnia comum ou unidas por uma dada cultura ou religião vivem em grupo, voluntária ou involuntariamente, em segregação parcial ou estrita são pequenas zonas de moradias de famílias de imigrantes. Fonte: Wikipédia. Acesso em: 10/10/2008.

³ Segundo matéria publicada no Folhateen encarte da Folha de São Paulo de 20 de novembro de 2006.

O hip hop e seus elementos compõem assim, um campo político capaz de fazer apelo as mais diversas linguagens, sonoro-auditiva (rap/dj), gestual (break) e visual (grafite), seus valores e filosofia aos poucos vão sendo compreendidos e incorporados pelos jovens urbanos e pobres, construindo sua identidade como um estilo cultural que tem origem nas ruas das cidades e que expressa o cotidiano das periferias (COSTA E MENEZES, 2007.p.05).

As diversas possibilidades de expressão artístico-cultural - que viabilizam e mesmo estimulam a criatividade e a inserção de elementos culturais das realidades onde vivem – torna-se potencial vocalizador das demandas contestatórias dos jovens pobres à sociedade (COSTA e MENEZES, 2007). Configura-se como um estilo de vida e uma atitude, que expressa posicionamentos em relação à realidade que os cerca, realidade que os expõe, sobretudo, a violência, as drogas, a falta de perspectivas. É a voz, o gesto e a ação do próprio sujeito no mundo.

Movimento Hip Hop Em Recife: Recortes De Uma Cena

O registro de informações da pesquisa “A arte na política: um estudo do movimento hip hop na cidade de Recife” (COSTA e MENEZES, 2007), afirma a cidade do Recife como apresentando muitos elementos confluentes para o assentamento do hip hop. Esta metrópole conta com 94 (noventa e quatro) bairros, muitos constituídos a partir de ocupações estando atualmente agrupados em seis regiões administrativas, nas quais podemos situar 66 Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) que resultam de uma história de luta pelo direito a cidade. Em síntese é uma cidade com um significativo cinturão periférico, local por excelência de origem de muitos dos jovens integrantes deste movimento.

Neste cinturão periférico destaca-se uma população predominantemente jovem na faixa etária entre 15 a 30 anos, cujo índice de mortalidade, segundo Mapa da violência IV realizado pela UNESCO, tem aumentado sobremaneira nos últimos anos e revelado, no caso de Recife, o crescimento dos óbitos por causas externas, com maior ocorrência para os homicídios. Esta situação tem como causas os elevados índices de vulnerabilidade e exclusão social.

Os jovens pobres e residentes nas periferias de Recife enfrentam todo o tipo de obstáculos sócio-econômicos ao seu desenvolvimento, fazem parte de seu cotidiano: a violência policial, a discriminação, a dificuldade de acesso a bens e serviços, a restrição de sua mobilidade na cidade.

Enfim, “como a própria palavra indica, periferia é desde sua origem um conceito relacional, pois pressupõe a existência de um centro (...). Assim o conceito de periferia concentra relações de poder, conflitos e tensões de diversas naturezas” (FREITAS, 2008 p.02).

Apesar disso, a produção cultural periférica do Recife, conforme Holanda, no Seminário Estéticas da Periferia, realizado em 2007, é uma das mais ricas do país. A cidade tem despontado como cenário cultural importante, marcado pela diversidade e capacidade de articular tradições culturais a uma linguagem universal. O movimento hip hop contribui para enriquecer este cenário, não apenas com sua produção cultural, mas, sobretudo por articular a esta produção ação política.

O movimento elabora a crítica às desigualdades sócio-econômicas e raciais, ao tempo em que mobiliza a comunidade e o desenvolvimento comunitário. Sua ação política tem como propósito especial, transformar a realidade dos jovens nele envolvido e de outros jovens pobres que se encontram nas mesmas condições de sobrevivência. O que se observa é a preocupação com a conscientização de crianças, adolescentes e jovens, via as expressões culturais do movimento como política alternativa às formas de viver comumente presentes em seu cotidiano.

Segundo o relatório da UNESCO (2003) sobre Desenvolvimento Juvenil a alta concentração de renda no Brasil reforça a vulnerabilidade dos jovens pobres e provoca diferenças no acesso a bens e serviços sociais básicos, principalmente considerando os residentes nas regiões Norte e Nordeste. Além disso, indica a dificuldade de inclusão no mercado de trabalho devido à baixa escolaridade.

A juventude passa a ser vista como grupo social que dramatiza a segregação urbana e a necessidade de tornar os jovens e adolescentes pobres da periferia em atores sociais. Este cenário de restrições e vulnerabilidades se agravou nas cidades da América Latina a partir da década de 1990, com a erosão do poder do Estado como promotor do desenvolvimento e do bem-estar social. Em nome da modernização e da entrada na era da globalização, o desenvolvimento sócio-econômico neoliberal, tem desde então, caminhado no sentido de agravar os problemas da pobreza e da concentração de renda.

Para combater seus efeitos, difundiu-se via governos, agências multilaterais, ONG's, e movimentos, a necessidade de que as comunidades assumam o compromisso com seu próprio desenvolvimento (ARRUDA, 2001). Na ausência de Estado, ou seja, no vazio de ação estatal para proteger e fomentar o desenvolvimento das capacidades dos jovens pobres da cidade, o movimento hip hop também adotou como pressuposto a necessidade de agir para superar os seus problemas.

A concepção de comunidade comumente usada encontra-se de fato muito vinculada à dimensão espacial, ou agrupamentos humanos com algo em comum. Arruda (2001, p.162) defende que uma comunidade é “um conjunto de pessoas que compartilham um projeto em comum,

valores, ideais e práxis em comum”. Esta perspectiva apresenta o elemento ético na concepção de comunidade e obscurece a presença de possíveis conflitos, já que ser uma comunidade não significa ausência de riscos ou de disputas.

Para Bauman (2003) a concepção de comunidade expressa um conflito social, que indica a sociedade meritocrática e desigual em que vivemos, na qual para os fracos só é possível a superação dos problemas coletivamente, pois individualmente não podem alcançá-la. Neste caso, a comunidade se forja através de compromissos de longo prazo, de obrigações inabaláveis e de direitos. A comunidade se afirma como segurança e proteção aos indivíduos.

Seguindo essa linha de argumentação, a comunidade deve ser pensada em sua historicidade de lenta e cuidadosa construção e esforço para assegurar seu futuro. Sendo essencial para sua permanência a responsabilidade, compromisso e partilha.

Santos (2002) afirma que a comunidade é uma representação aberta e incompleta, é o lugar no qual as interações e a experiência social expressam consensos e conflitos da vida cotidiana. Costa (2006, p.70) indica a presença da elaboração de alternativas como forma de enfrentar as dificuldades.

Na comunidade as experiências político-sociais e culturais populares da pluralidade das desigualdades cotidianas e contradições do sistema emergem como conflitos, solidariedades e alternativas que melhorem a vida das pessoas.

Deste modo, pode-se concluir que as comunidades representam espaços nos quais há uma ética e é possível exercitar experimentos, construção de alternativas que contribuem para forjar compromissos e responsabilidades em prol da transformação do coletivo. Neste sentido, o movimento hip hop constitui-se numa comunidade, na qual a ética da união, da liberdade, do compromisso entre os membros e da partilha em prol de uma vida digna configura sua ação político-cultural.

Ao mesmo tempo em que o movimento se constitui como comunidade, ou seja, se reconhece como coletivo que necessita firmar compromissos entre si para enfrentar a lógica da desagregação, da desigualdade e do abandono do poder público, em prol da formulação de alternativas para o desenvolvimento dos jovens nele envolvidos. Colabora para que se desenvolva um senso de responsabilidade e compromisso com os locais em que residem, as periferias da cidade.

No entanto, é preciso admitir que as ações político-culturais junto a crianças, adolescentes e jovens, não são suficientes para cuidar do desenvolvimento comunitário, há a necessidade da

construção de outro tipo de comunidade mais abrangente. No sentido aqui assumido, como espaço em que se constrói uma história de compromissos, responsabilidades, partilhas e solidariedades entre uma coletividade de modo a superar as desigualdades sociais em que todos estão submersos – crianças, adolescentes, jovens e adultos.

Problematizando a ação político-cultural

Os limites da ação do movimento hip hop também podem ser problematizados a partir da vivência geracional - do ser jovem - na sociedade. Há quase um senso comum de que o jovem é um vir a ser, uma fase anti-produtiva, uma incapacidade para intervir na realidade que antecede e prepara a entrada no mundo adulto. A respeito disso Dayrell (2003, p.40-41) afirma que

(...) nos deparamos no cotidiano com uma série de imagens a respeito da juventude que interferem na nossa maneira de compreender os jovens. Uma das mais arraigadas é a juventude vista na sua condição de transitoriedade, na qual o jovem é um “vir a ser”, tendo no futuro, na passagem para a vida adulta, o sentido das suas condições no presente. Sob essa perspectiva, há uma tendência de encarar a juventude na sua negatividade, o que não chegou a ser (Salem, 1986), negando o presente vivido. (...) tende-se a negar o presente vivido do jovem como espaço válido de formação, assim como as questões existenciais que eles expõem, bem mais amplo do que apenas o futuro.

Esta imagem acerca da juventude dificulta o diálogo e a construção de relações sociais entre jovens e adultos. As expressões de preconceito e discriminação, embora não possam ser atribuídas a todos os moradores dos locais em que o movimento hip hop se encontra enraizado, provocam certo distanciamento, o que impede de ambas as partes a mobilização em favor do enfrentamento das problemáticas que afetam a todos.

A participação e organização juvenil em movimentos sociais, como é o caso do hip hop, deveria inflexionar as relações de poder estabelecidas no âmbito local. No entanto, os jovens membros do movimento têm dificuldade de instaurar um tipo de conflito que possibilite visibilizar seu potencial na produção do social. De acordo com Moreno (2005, p. 8) esta participação

É uma experiência que permite ao jovem fazer formulações significativas sobre o campo social e político; formulações estas, que em concepções sob influência evolucionista, seriam vistas como rebeldia ou fruto da sua própria condição de marginalidade no mundo (em relação ao mundo adulto).

O exercício da política nos locais em que o movimento hip hop atua, poderia provocar a constituição de novas relações sociais a partir da instauração deste tipo de conflito, trazer à tona formas de poder implicadas no modo como o movimento é visto nestes cenários, ao tempo em que caminharia para a construção de outra cultura política e de comunidades. Com isso, percebemos que “o político não é algo que tem um lugar específico e determinado na sociedade e que todas as relações sociais podem se tornar o lócus dos antagonismos políticos” (MOUFFE, 2003, p.13).

Esta situação se repete na maneira como outros movimentos existentes nos bairros encaram o hip hop, há certa visão que o limita a expressão cultural. O que denota uma compreensão tradicional da política, ao mesmo tempo em que revela o distanciamento entre os jovens do movimento hip hop e outros movimentos sociais. Torna-se ainda mais evidente a necessidade de aproximação e diálogo, de modo a superar as barreiras geracionais e colocar em questão a inspiração político-social do movimento.

Outro aspecto a considerar tem a ver com as diversas carências enfrentadas pelo movimento para concretizar as ações, especialmente a ausência de recursos que possam favorecer a expansão dos trabalhos educativos, muitas vezes não há local que sirva de ponto de apoio para seu desenvolvimento. Os próprios jovens também enfrentam dificuldades de sobrevivência, a maioria vive em insegurança econômica, com trabalhos instáveis e informais. Utilizam os potenciais desenvolvidos no movimento hip hop como fonte de renda, através da pintura, trabalho com arte-educação, entre outros.

Há também que negociar com as gangues e o tráfico existente nos bairros para concretização de algumas ações, isso porque há o risco de invadir as áreas de seu domínio, o que pode comprometer a integridade dos jovens participantes. Há necessidade de cuidado, já que de qualquer modo a ação do movimento hip hop se direciona em sentido contrário, o de impedir e, por vezes, de retirar jovens do mundo das drogas.

Algumas considerações

Além dos diversos elementos que foram abordados, para a formação de comunidades e do desenvolvimento comunitário há que considerar o empoderamento do coletivo. Contudo, a

trajetória de nossa formação social – nossa colonização – não colabora para dar este passo. A submissão é algo muito presente na vida das pessoas, a nossa educação inclusive reforça esta submissão quando não ensina a pensar. Como argumenta Arruda (2001, p.167)

As comunidades muitas vezes esperam que todas as soluções aos seus problemas venham de fora ou do governo. Superar a cultura da dependência e da delegação é um dos desafios-chave que confrontam os trabalhadores do desenvolvimento.

A cultura da dependência e mais a ausência de percepção, de que é possível contar com os diversos segmentos geracionais como produtores do social, não mobiliza o desenvolvimento comunitário. Limitando-se como vemos neste caso específico, a mobilizar o segmento juvenil para produção de uma identidade coletiva com uma nova cultura política, que visa gerar comunidade, empoderar os jovens e colaborar para superação das dificuldades próprias a este segmento.

Deste modo, a construção da identidade coletiva do movimento hip hop segue os moldes definidos por Melucci (2001, p.69)

Uma definição interativa e compartilhada, que vários indivíduos produzem acerca das orientações da ação e campo de oportunidades e de vínculos no qual ela se coloca: interativa e compartilhada significa construída e negociada através de um processo repetido de ativação das relações que ligam os atores.

O movimento hip hop produz vínculos e um campo de ação político-cultural que configura sua identidade, entretanto, enfrenta os limites aqui resumidamente expostos, que dificultam sua colaboração para o desenvolvimento comunitário pautado em princípios ético-político. Uma das conseqüências, em função destas dificuldades é a restrição do seu escopo de ação, acabam direcionando-as para o segmento infanto-juvenil em razão de maior aceitação e apelo junto a esta população.

Referências Bibliográficas:

- ARRUDA, Marcos. Globalização e Desenvolvimento Comunitário Autogestionário. In: Globalização: Desafios Socioeconômicos, Éticos e Educativos. Petrópolis: Editora Vozes, 2001
- BAUMAN, Zygmunt. Comunidade: **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Editora Cortez, 2002.
- COSTA, Mônica R. **Experiências Emancipatórias alternativas políticas e políticas alternativas dos movimentos sociais no Nordeste**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.
- DAYRELL (2003, DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, nº 24, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. São Paulo, p. 40-52, 2003.
- MELUCCI, Alberto. A Invenção do Presente. 2001 MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.
- MOUFFE, Chantal. Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. **Política & Sociedade**, Florianópolis: UFSC, v. 1, n. 3, 2003.
- MOUFFE, 2003
- DOCUMENTOS:
- COSTA Mônica R. e MENEZES, Jaileila A. Projeto de Pesquisa: A arte na política: um estudo do movimento hip hop na cidade de Recife. Recife, 2007
- Folhateen. Encarte da Folha de São Paulo de 20 de novembro de 2006.

- UNESCO. Mapa da violência IV. Disponível em: <<http://www.unesco.org.br/servicos/pesquisa/mapadaviolencia4>>>. Brasília, 2005. Acesso em: 15.09.2008.
- UNESCO. Relatório de Desenvolvimento Juvenil. Disponível em: <<<http://www.unesco.org.br/servicos/pesquisa/idj2003>>>, Brasília, 2003. Acesso em: 15.09.2008.
- ZULU NATION BRASIL. Disponível em: <<<http://www.zulunationbrasil.com.br/>>>. Acesso em: 22.10.2008.